**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SC.**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2019.**

**CONSOLIDADO**

**Este documento
é dos**

**Terezinhanos**

As Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos terezinhanos.

**APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

* 1. **Natureza Jurídica da Entidade;**
	2. **Domicílio da Entidade;**
	3. **Natureza das operações e principais atividades da entidade;**
	4. **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis.**
1. **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**

**2.1 Bases de mensuração utilizadas;**

**2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas;**

**2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis.**

1. **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS**

**4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

**4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos;**

**4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas**

**4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

**4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.**

**NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2019**

**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

**1. Previsão da receita versus arrecadação;**

**2. Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias;**

**3. Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários;**

**4. Detalhamento da execução das despesas;**

**5. Análise da execução da despesa;**

**6. Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados.**

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL**

**7. Caixa e equivalente de caixa;**

**8. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo;**

**9. Investimentos RPPS;**

**10. Imobilizado;**

**11. Intangível;**

**12. Fornecedores;**

**13. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo;**

**14. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo;**

**15. Demais elementos patrimoniais.**

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**16. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado;**

**17. Baixas de investimento;**

**18. Constituição ou reversão de provisões;**

**19. Demais variações, quando relevantes;**

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO**

**20. Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas;**

**21. Retenções tributárias;**

**22. Restos a pagar processados e não processados.**

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

**23. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

**24. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

**25. Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de financiamento**

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO**

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**26 Capital/Patrimônio Social;**

**27 Resultados Acumulados;**

**28 Ajustes dos exercícios anteriores;**

**29 Ajustes de avaliação patrimonial.**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

***Em 2019 o Município de Santa Terezinha do Progresso completou 24 anos de emancipação.***

**1 INFORMAÇÕES GERAIS**

**Prefeito (a):** Derli Furtado

**Microrregião:** Microrregião do Oeste de Santa Catarina

**Aniversário:** 19/07

**Habitantes:**  2.428 (IBGE/2019)

**Eleitores:**  2.368 (TSE/2019)

**PIB:** 46.815.000,00 (IBGE/2016)

* 1. **Natureza Jurídica da Entidade**

O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, é pessoa jurídica de direito público, CNPJ 01.612.847/0001-90, com natureza jurídica 124-4 Município, na forma de Ente Federativo. O município iniciou suas atividades em 19 de julho de 1995.

* 1. **Domicílio da Entidade**

Tem sua sede no endereço Avenida Tancredo Neves, nº 337, Centro, Santa Terezinha do Progresso, CEP. 89.983-000, Estado de Santa Catarina.

* 1. **Natureza das operações e principais atividades da entidade**

A atividade econômica principal é Administração Pública em Geral, CNAE 84.11-6-00.

**Fazem parte da sua estrutura Organizacional as Secretarias:**

* [Gabinete do Prefeito](https://www.pmcordi.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/2389)
* Departamento de Esportes
* Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico
* Secretaria de Educação
* [Secretaria de Infraestrutura](https://www.pmcordi.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/2390)
* [Fundo Municipal de Assistência Social](https://www.pmcordi.sc.gov.br/estruturaorganizacional/hotsite/index/codHotsite/2391)
* Fundo Municipal da Criança e Adolescente
* Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária
* Fundo Municipal de Saúde
* Câmara de Vereadores
	1. **Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis**

**DECLARAÇÃO COM RESSALVAS**

Com base na análise dos Demonstrativos Contábeis, DECLARO que os mesmos REFLETEM ADEQUADAMENTE a situação ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA e PATRIMONIAL. As ressalvas se referem a situação Patrimonial.

* As restrições de ordem Contábeis do exercício de 2018, considerando o grau de relevância e a materialidade dos valores envolvidos são:
1. não contabilização do controle de estoque;
2. não contabilização das demandas judiciais.

A falta desses registros não causou nenhum prejuízo ao Ente Público. O registro não foi realizado tendo em vista o não recebimento pelo setor contábil, de documentos oficiais dos setores responsáveis. Como alguns controles estão sendo implementados pelo Ente, contas como estoque, passivo contingentes, entre outras situações, não estão com valores registrados nas Demonstrações contábeis;

* As Notas Explicativas acompanham as Demonstrações Contábeis e foram elaboradas buscando atender a legislação vigente;
* Todos os registros foram realizados com base em documentação de suporte ou na medida em que foram encaminhadas ao setor contábil e ou tomada o devido conhecimento por este.
1. **RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS**
	1. **Bases de mensuração utilizadas**

**ATIVOS**

Ativo
Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado. O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

Direitos, créditos e valores a longo prazo

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O município de Santa Terezinha do Progresso, SC, possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

***No ano de 2019, o Município de Santa Terezinha do Progresso, realizou atualização física e contábil do patrimônio, definindo a data de corte 01 de dezembro de 2019.***

Por meio do Decreto nº 149 de 13 de agosto de 2018, foram nomeados os membros abaixo relacionados para compor a Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária - COMPAMI, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do município de Santa Terezinha do Progresso, SC.

Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações são reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, são efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma.

***No processo de reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado.***

Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico.

***Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, o Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, adotou, em 2019, a revisão do valor justo, como custo atribuído do ativo imobilizado, dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição.***

***A pesquisa de mercado, efetuada em 2019, encontra-se em poder do setor de patrimônio. A data de corte foi 01 de dezembro de 2019.***

Depreciação

A administração pública municipal já praticava em 2019, procedimentos para preservar de depreciação, porém, os bens já não estavam com base monetária confiável. Em 2019, foi realizado levantamento físico e atualização contábil do patrimônio imobilizado.

***O administrador reiniciou o procedimento de depreciação no mês de dezembro de 2019, zerando a depreciação dos bens já em uso, que passaram a apresentar uma base monetária confiável, avaliados a valor atual de mercado (valor justo).***

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, o Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado.

O objetivo é o fiel cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade, e para que a contabilidade demonstre a adequada situação patrimonial dos órgãos e entidades, em cumprimento as NBCASP.

Redução do valor recuperável (impairment)

O município de Santa Terezinha do Progresso, SC adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperávelé o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

Intangível

O município de Santa Terezinha do Progresso, SC, não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

**PASSIVOS**

Passivo
Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustadas considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos, no caso dos processos judiciais. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos. As informações relativas a férias e décimo terceiro salário, são recebidas do Departamento de Recursos Humanos.

Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados. O Município de Santa Terezinha do Progresso efetuou contrato de empréstimo Nº2018032001 com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC, no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras em observância ao regime de competência definido pelas NBCASP.

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

Ajustes de exercícios anteriores

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

**DEFINIÇÕES GERAIS**

Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, é o registro centralizado da receita orçamentária pelo princípio do caixa único. O regime contábil para o registro da receita é o regime de caixa.

Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extra orçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

Renúncia de Receita

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e reconhecidos como dedução da variação patrimonial aumentativa. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando forem passíveis de ser mensurados com segurança.

**2.2 Novas normas e políticas contábeis alteradas**

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou em outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual. A regra é a primeira da área convergida às internacionalmente aceitas e vai nortear toda a contabilidade pública. Um dos principais pontos da norma é a definição da sociedade como usuária principal da informação contábil, o que facilitará a transparência e o controle social. O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, atende as exigências das NBCASPs vigentes, e busca acompanhar as novidades das novas normas e políticas contábeis previstas. O objetivo da Municipalidade é evidenciar o patrimônio público da forma mais clara possível permitindo a sociedade e aos órgãos de controle e fiscalização o adequado entendimento, atendendo as Normas e a legislação vigente.

**2.3 Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis**

Na preparação das demonstrações contábeis, o Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição. Os bens de infraestrutura vêm sendo reconhecidos conforme estão sendo realizados.

b) no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa e créditos a receber, foi utilizada a média de recebimento dos últimos três anos em relação a inscrição, o que demonstrará o comportamento da dívida ativa.

c) na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, está definida no Manual de controle físico e contábil do patrimônio do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC. A tabela foi elaborada conforme vida útil estimada para cada classe de bens, de acordo com a realidade de uso e conservação dos bens do Município.

d) as provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificadas como passivo contingente ou como passivo exigível. A análise é realizada pelo setor jurídico do Município.

1. **INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ORDEM EM QUE CADA DEMONSTRAÇÃO E CADA RUBRICA SEJAM APRESENTADAS**

**ATIVOS**

* 1. Caixa e equivalentes de caixa

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
| 1.1.1.1.1.19.xx | Banco conta movimento e vinculada | 2.642.193,26 | 1.974.101,91 |
| Total | **2.642.193,26** | **1.974.101,91** |

O quadro anterior representa o montante de recursos financeiros (disponibilidades), do Município, em 31 de dezembro dos exercícios de 2018 e 2019.

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira dos recursos é realizada em contas públicas da Unidade Gestora Prefeitura Municipal, sendo vedada a fragmentação em caixas especiais.

O registro contábil da movimentação financeira bancária mantém o controle por fonte de recursos, conforme tabela do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC, vigente em cada exercício. Tratam-se de recursos ordinários e vinculados. Os recursos ordinários são de livre aplicação nos gastos públicos, enquanto os recursos vinculados são aplicados na finalidade específica de cada programa, convênio, operação de crédito e outros.

Os recursos públicos são aplicados em instituições financeiras que apresentarem rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

b) Direitos, créditos e valores a curto prazo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
| 1.1.2.1.1.xx | Créditos tributários a receber | 4.989,38 | 861,89 |
| 1.1.2.3.3 | Créditos de transferências a receber INTER OFSS | 421.284,72 | 824.324.16 |
| 1.1.3.1.1.xx | Adiantamentos Concedidos | 117.068,39 | 86.484,25 |
| 1.1.3.4.1.xx | Créditos por Danos ao Patrimônio | 12.758,13 | 12.758,13 |
| 1.1.9.xx | Variações patrimoniais pagas antecipadamente | 44.124,33 | 76.710,67 |
| Total | **600.224,95** | **1.001.139,10** |

Os créditos tributários (receita lançada) a receber registraram valores durante o exercício de 2019, relativos a tributos dos quais o fato gerador já ocorreu, e tem fundamento legal em lei municipal.

O valor relativo aos créditos de transferências, somam os convênios assinados com entidades federais em 31 de dezembro é de R$ 421.284,72

A conta adiantamentos reflete os valores de férias pagos antecipadamente aos servidores públicos municipais.

O valor dos créditos por danos ao patrimônio no montante de R$ 10.527,10, é relativo ao reconhecimento de processos sobre pagamento de multas de trânsito.

O município controla e reconhece as despesas pagas antecipadamente com seguros e assinaturas, atendendo as exigências das NBCASP.

c) Direitos, créditos e valores a longo prazo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | 2019 | 2018 |
| 1.2.1.1.1.04.xx | Dívida ativa Tributária | 277.410,47 | 237.150,85 |
| 1.2.1.1.1.05.xx | Dívida ativa não tributária | 591.221,77 | 526.872,37 |
| 1.2.1.1.1.99.xx | (-)Ajustes de perdas de créditos | 141.639,78 | 126.464,08 |
| 1.2.1.2.1.04.xx | Credito por danos ao patrimônio provenientes de créditos | 3.772,61 | 0,00 |
| 1.2.1.3.1.01 | Títulos e Valores Imobiliários | 3.081,84 | 3.081,84 |
| Total | **731.906,59** | **642.345,58** |

O Município mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo.

Observa-se que 58,24% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa não tributária, e 27,33% a dívida ativa tributária. As perdas representam 13,95% do total de créditos. O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base o comportamento da dívida ativa, pela sua inscrição e recebimento nos últimos 3 exercícios.

O município possui R$ 3.772,61 por danos ao patrimônio, tendo em vista o reconhecimento de processos sobre pagamento de multas de trânsito.

O Município possui R$ 3.081,84 relativo a investimentos de ações da TELESC.

d) Imobilizado

O Município de Santa Terezinha do Progresso **reiniciou** o procedimento de depreciação o patrimônio imobilizado, no mês de dezembro de 2019, zerando a depreciação dos bens já em uso, que passaram a apresentar uma base monetária confiável, avaliados a valor atual de mercado (valor justo) em dezembro de 2019. A data de corte definida foi 01 de dezembro de 2019. Segue tabela de depreciação do Município, SC, válida a partir do exercício de 2019:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| MASCARA | DESCRIÇÃO | VIDA UTIL | VALOR RESI-DUAL |
| 1.2.3.1.1.01.00 | Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas |  |  |
| 1.2.3.1.1.01.01 | Aparelhos de medição e orientação | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.02 | Aparelhos e equipamentos de comunicação | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.03 | Apar., equip. Utens. Médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares  | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.04 | Aparelhos e equipamentos para esportes e diversões | 8 | 2 |
| 1.2.3.1.1.01.05 | Equipamento de proteção, segurança e socorro | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.06 | Máquinas e equipamentos industriais | 15 | 20 |
| 1.2.3.1.1.01.07 | Máquinas e equipamentos energéticos | 10 | 20 |
| 1.2.3.1.1.01.08 | Máquinas e equipamentos gráficos | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.01.09 | Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina | 10 | 20 |
| 1.2.3.1.1.01.10 | Equipamentos de montaria | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.12 | Equipamentos, peças e acessórios para automóveis | 8 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.16 | Equipamentos de mergulho e salvamento | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.01.18 | Equipamentos de proteção e vigilância ambiental | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.01.19 | Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários  | 10 | 20 |
| 1.2.3.1.1.01.20 | Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários  | 20 | 30 |
| 1.2.3.1.1.01.21 | Equipamentos hidráulicos e elétricos | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.01.99 | Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.02.00 | Bens de informática |   |   |
| 1.2.3.1.1.02.01 | Equipamentos de processamento de dados | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.02.02 | Equipamentos de tecnologia da informação | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.02.03 | Sistemas aplicativos - softwares | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.03.00 | Móveis e utensílios |   |   |
| 1.2.3.1.1.03.01 | Aparelhos e utensílios domésticos | 8 | 5 |
| 1.2.3.1.1.03.02 | Máquinas e utensílios de escritório | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.03.03 | Mobiliário em geral | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.03.04 | Utensílios em geral | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.04.00 | Materiais culturais, educacionais e de comunicação |   |   |
| 1.2.3.1.1.04.01 | Bandeiras, flâmulas e insígnias | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.04.02 | Coleções e materiais bibliográficos | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.04.03 | Discotecas e filmotecas | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.04.04 | Instrumentos musicais e artísticos | 10 | 5 |
| 1.2.3.1.1.04.05 | Equipamentos para áudio, vídeo e foto | 5 | 5 |
| 1.2.3.1.1.04.06 | Obras de arte e peças para exposição | 0 | 100 |
| 1.2.3.1.1.04.99 | Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação | 10 | 10 |
| 1.2.3.1.1.05.00 | Veículos |   |   |
| 1.2.3.1.1.05.01 | Veículos em geral | 8 | 20 |
| 1.2.3.1.1.08.00 | Bens móveis em almoxarifado |   |   |
| 1.2.3.1.1.08.05 | Bens móveis inservíveis | 0 | 5 |
| 1.2.3.2.0.00.00 | Bens imóveis |   |   |
| 1.2.3.2.1.00.00 | Bens imóveis - consolidação |   |   |
| 1.2.3.2.1.01.00 | Bens de uso especial |   |   |
| 1.2.3.2.1.01.03 | Edifícios | 35 | 50 |

e) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2019:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | SALDO EM 31/12/2019 | SALDO EM 31/12/2018 |
| 123110101 | Aparelhos de medição e orientação | 12.402,19 | 8.929,08 |
| 123110102 | Aparelhos e equipamentos de comunicação | 15.970,44 | 27.956,06 |
| 123110103 | Aparelhos, equipamentos e utensílios médicos, odontológicos | 92.256,08 | 154.742,47 |
| 123110104 | Aparelhos e equipamentos para esporte e diversão | 140.063,35 | 136.581,40 |
| 123110105 | Equipamentos de proteção, segurança e socorro | 170,14 | 2.600,14 |
| 123110106 | Máquinas e Equipamentos Industriais | 0,00 | 1.598,40 |
| 123110107 | Máquinas e Equipamentos Energéticos | 23.163,85 | 25.880,41 |
| 123110108 | Máquinas e Equipamentos Gráficos | 0,00 | 2.218,00 |
| 123110109 | Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina | 2.657,00 | 18.209,40 |
| 123110112 | Equipamentos, Peças e Acessórios Para Automóveis | 19.552,61 | 36.809,40 |
| 123110113 | Equipamentos, peças e acessórios marítimos | 650,00 |  |
| 123110119 | Máquinas, equipamentos e utensílios agropecuários | 644.091,83 | 943.858,20 |
| 123110120 | Máquinas, equipamentos e utensílios rodoviários | 3.213.428,80 | 723.894,00 |
| 123110121 | Equipamentos hidráulicos e elétricos | 6.557,78 | 13.170,00 |
| 123110199 | Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas | 26.765,54 | 83.631,00 |
| 123110201 | Equipamentos de processamentos de dados | 86.897,69 | 145.101,35 |
| 123110202 | Equipamentos de tecnologia da informação | 36.730,06 | 155.082,38 |
| 123110301 | Aparelhos e utensílios domésticos | 136.335,38 | 141.265,13 |
| 123110302 | Máquinas e utensílios de escritório | 2.339,39 | 7.988,32 |
| 123110303 | Mobiliário em geral | 304.226,17 | 381.326,69 |
| 123110304 | Utensílios em geral | 23.198,34 | 48.527,55 |
| 123110402 | Coleções e Materiais Bibliográficos | 0,00 | 3.600,00 |
| 123110404 | Instrumentos musicais e artísticos | 17.490,00 | 3.452,25 |
| 123110405 | Equipamentos para áudio, vídeo e foto | 45.150,97 | 50.824,55 |
| 123110406 | Obras de Arte e Peças Para Exposição | 0,00 | 7.376,00 |
| 123110499 | Outros materiais culturais, educacionais e de comunicação | 4.374,50 | 4.546,00 |
| 123110503 | Veículos de tração mecânica | 1.581.205,38 | 2.841.060,00 |
| 123210103 | Edifícios | 7.721.726,56 | 5.843.531,05 |
| 123210104 | Terrenos/glebas | 2.643.182,63 | 2.306.689,98 |
| 123210501 | Ruas | 1.389.047,76 | 1.372.851,99 |
| 123210507 | Sistema de Abastecimento de Energia | 18.380,00 | 18.380,00 |
| 123210601 | Obras em andamento | 1.336.988,98 | 574.606,94 |
| 123810101 | (-) Depreciação acumulada maq. Aparelhos e equip. | 19.785,81 | 673.020,86 |
| 123810102 | (-) Depreciação acumulada bens de informática | 13.067,69 | 143.592,73 |
| 123810103 | (-) Depreciação acumulada de móveis e utensílios | 17.892,12 | 216.641,55 |
| 123810104 | (-) Depreciação acumulada de materiais cult. Educação. | 4.723,87 | 30.068,32 |
| 123810105 | (-) Depreciação acumulada de veículos. | 15.505,39 | 1.138.664,88 |
| 123810299 | (-) Depreciação acumulada de bens de Uso Especial | 9.227,27 | 351.455,58 |
| Total | **19.464.801,27** | **13.532.844,22** |

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive

os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Nota-se que o valor da depreciação reduziu, pois, o valor monetário dos bens foi atualizado na data de dezembro de 2019, zerada a depreciação e reiniciado o processo.

O valor do patrimônio imobilizado, já liquido da depreciação, aumentou 43,83%, de 2018 para 2019, tendo em vista os investimentos na aquisição de ativos não circulantes, e a atualização física e contábil do patrimônio, realizada em 2019.

**PASSIVOS**

a) Obrigações

Saldo das obrigações para 2019:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CONTA | PASSIVO CIRCULANTE | 2019 | 2018 |
| 2.1.1.1.1.01.03 | Férias | 844.291,12 | 761.246,16 |
| 2.1.1.4.3.01.01 | INSS – Contribuição sobre salario e remunerações | 157.252,74 | 0,00 |
| 2.1.2.1.4.02.01 | Contratos de empréstimos internos | 90.000,00 | 0,00 |
| 2.1.3.1.1.01.01 | Fornecedores não financiados a pagar | 2.418,37 | 2.713,94 |
| 2.1.4.2.xx | Obrigações fiscais a curto prazo com o estado | 12.360,17 | 6.873,39 |
| 2.1.8.8.xx | Valores restituíveis | 0,00 | 312,03 |
| Total | **1.106.322,40**  | **771.145,52** |

O passivo de férias e INSS é reconhecido por competência, não passando pelos estágios orçamentários e financeiros até o momento.

O crédito com fornecedores refere-se a compromissos financeiros do Município pela contratação de serviços ou produtos, liquidados e não pagos.

As obrigações fiscais a curto prazo referem-se ao PASEP a recolher, competência dezembro de 2019 com vencimento em janeiro de 2020.

O Município possui passivo a curto e em longo prazo registrado referente a empréstimos contratados junto ao Estado, BADESC, conforme contrato nº 2018032001 que deverá ser quitado até setembro do ano de 2023. Taxa de Juros 5,50% (cinco vírgula cinquenta por cento).

O valor a longo prazo do contrato de empréstimo junto ao BADESC é de R$ 910.000,00 (novecentos e dez mil reais).

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**

1. Variações Patrimoniais Diminutivas

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | 2019 | % | 2018 | % |
| 3.1.1 | Remuneração a pessoal | 5.764.474,10 | 25,22 | 5.168.687,08 | 29,45 |
| 3.1.2 | Encargos patronais | 1.260.573,22 | 5,52 | 1.064.861,59 | 6,07 |
| 3.2.1 | Aposentadoria e reformas | 15.367,15 | 0,07 | 0,00 | 0,00 |
| 3.2.4 | Benefícios Eventuais | 96.814,80 | 0,42 | 12.100,00 | 0,07 |
| 3.3.1 | Uso de material de consumo | 2.315.567,79 | 10,13 | 2.197.189,00 | 12,52 |
| 3.3.2 | Serviços | 3.478.006,69 | 15,22 | 3.017.532,09 | 17,19 |
| 3.3.3 | Depreciação | 559.251,79 | 2,45 | 593.070,13 | 3,38 |
| 3.4.1 | Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos | 3.115,37 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |
| 3.5.1 | Transferências intragovernamentais | 3.318.036,23 | 14,52 | 2.784.604,69 | 15,86 |
| 3.5.2 | Transferências inter governamentais | 2.407.195,51 | 10,53 | 2.201.055,48 | 12,54 |
| 3.5.3 | Transferências a instituições privadas | 117.524,73 | 0,51 | 103.824,66 | 0,59 |
| 3.5.5 | Transferências a consórcios públicos | 340.680,80 | 1,49 | 251.860,34 | 1,43 |
| 3.6.5 | Desincorporação de ativos | 2.964.790,63 | 12,97 | 127,93 | 0,00 |
| 3.7.1 | Impostos, Taxas r Contribuições de Melhoria | 7.618,58 | 0,03 | 3.827,73 | 0,02 |
| 3.7.2 | Contribuições | 166.685,13 | 0,73 | 137.679,65 | 0,78 |
| 3.9.1 | Premiações | 9.983,00 | 0,04 | 0,00 | 0,00 |
| 3.9.9 | Outras variações patrimoniais diminutivas | 27.149,60 | 0,13 | 17.280,00 | 0,10 |
| Total | **22.852.835,12** | **100** | **17.553.700,37** | **100** |

Em 2019, o gasto com pessoal representa 30,74% das variações patrimoniais diminutivas, referentes encargos patronais e remuneração de pessoal. Os serviços por sua vez representam 15,22% do total das variações diminutivas, enquanto as transferências intra 14,52%.

Nota-se que R$ 2.964.790,63, ou seja, 12,97% das VPDs, referem-se Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas. Destes R$ 15.175,70, ajustes da perda da dívida ativa e R$ 2.949.614,93, a reavaliação do patrimônio. Esse resultado foi alcançado com base em levantamento físico e atualização contábil, realizado em 2019, onde os ativos foram avaliados a preço de mercado atual, a depreciação foi zerada e reiniciou a partir da data de corte, 01 de dezembro de 2019. Também houveram ganhos na reavaliação, apresentadas no grupo das variações patrimoniais aumentativas.

As variações patrimoniais diminutivas aumentaram 30,18% de 2018 para 2019, e representam o esforço do Município na prestação de serviços à população, bem como aquisição de produtos e execução de programas, buscando atender o objetivo da administração pública em melhorar a qualidade de vida das pessoas e garantir os serviços essenciais.

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS**

1. Variações Patrimoniais Aumentativas

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CONTA | DESCRIÇÃO | 2019 | % | 2018 | % |
| 4.1.1 | Impostos | 683.590,50 | 2,72 | 417.683,21 | 2,26 |
| 4.1.2 | Taxas | 35.601,57 | 0,14 | 99.817,28 | 0,54 |
| 4.1.3 | Contribuições de Melhoria | 0,00 | 0,00 | 37.800,01 | 0,20 |
| 4.2.2 | Contribuições de intervenção no domínio econômico | 3.691,83 | 0,01 | 5.416,14 | 0,03 |
| 4.2.3 | Contribuição de Iluminação Pública | 68087,62 | 0,27 | 59.823,73 | 0,32 |
| 4.3.3 | Exploração de bens e direitos e prestação | 109.009,21 | 0,43 | 133.853,21 | 0,72 |
| 4.4.2 | Juros e encargos de mora | 4.041,56 | 0,02 | 1.359,18 | 0,01 |
| 4.4.5 | Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras | 54.826,06 | 0,22 | 63.463,69 | 0,34 |
| 4.4.9 | Outras variações patrimoniais aumentativas | 0,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.5.1 | Transferências intragovernamentais | 3.318.036,23 | 13,20 | 2.784.604,69 | 15,03 |
| 4.5.2 | Transferências intergovernamentais  | 15.736.558,01 | 62,61 | 14.247.203,35 | 76,92 |
| 4.6.1 | Reavaliação de ativos | 3.825.660,65 | 15,22 | 257,62 | 0,00 |
| 4.6.2 | Ganhos com alienação | 79.400,00 | 0,32 |  |  |
| 4.6.3 | Outros ganhos com incorporações de ativos | 0,00 | 0,00 | 861,89 | 0,00 |
| 4.6.4 | Ganhos com desincorporação de passivos | 125,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 4.9.7 | Reversão de provisões e ajustes de perdas | 1.560,98 | 0,01 | 0,00 | 0,00 |
| 4.9.9 | Diversas variações patrimoniais aumentativas | 1.214.233,29 | 4,83 | 670.304,29 | 3,62 |
| Total | **25.134.422,55** | **100** | **18.522.448,29** | **100** |

Nota-se que as transferências intergovernamentais representam o maior valor entre as VPAs, representando 62,61%, o que demonstra a entidade é dependente do Governo Estadual e Federal.

A reavaliação positiva de ativos apresentou um montante de R$ 3.825.660,65, em 31 de dezembro de 2019, o que representa 15,22% das variações patrimoniais. Se deve a atualização física e contábil do patrimônio, realizada em 2019, para que os bens passassem a refletir o valor contábil conforme seu valor justo, e para isso, foi utilizado de pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A data de corte foi 01 de dezembro de 2019.

As VPAs aumentaram 37,69% de 2018 e 2019, e compreende o aumento no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso ou aumento de ativo ou diminuição de passivo, que resulte em aumento do patrimônio líquido.

**4 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**

**4.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos**

O município não possui compromissos contratuais não reconhecidos.

Os passivos contingentes somam R$ 830.663,74 em 31 de dezembro de 2019 e se referem a demandas judiciais.

**4.2 Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro da entidade; pressupostos das estimativas**

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

**4.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro**

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futura das operações da entidade.

**4.4 Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro**

Foram realizados em 2019, ajustes patrimoniais de R$ 2.762.785,88, decorrentes de ajustes necessários, com base na atualização física e contábil realizado no exercício.

**NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO 2019**

Notas explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das DCASP. São consideradas parte integrante das demonstrações.

Seu objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas.

Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

**BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados do Poder Executivo e Legislativo.

Eventualmente os Demonstrativos podem apresentar algumas divergências entre os layouts utilizados pelo sistema informatizado do Fundo Municipal de Saúde o do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comu­nicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dina­mizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a so­ciedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo.

*Esse papel se revela fundamental para a promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e adminis­trados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público.* *Em outras palavras, quando um número deixar de ser so­mente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamento da ação governamental.*

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior trans­parência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município.

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. A execução do orçamento da Entidade Município de Santa Terezinha do Progresso em 2018, apresentou os seguintes resultados:

|  |  |
| --- | --- |
| BALANÇO ORÇAMENTÁRIO |  2019 |
| RECEITAS | **Valor** |
| Previsão Inicial da Receita | 15.919.000,00 |
| Previsão Atualizada da Receita | 15.919.000,00 |
| Receitas Realizadas Líquida | 16.817.784,86 |
| Déficit Orçamentário | **0,00** |
| DESPESAS | **Valor** |
| Dotação Inicial | 15.919.000,00 |
| Créditos Adicionais | 2.936.924,43 |
| Dotação Atualizada | 18.855.924,43 |
| Despesas Empenhadas | 16.357.328,94 |
| Despesas Liquidadas | 16.054.226,15 |
| Despesa Paga | 16.039.468,49 |
| Superávit Orçamentário | **460.455,92** |

O resultado orçamentário de 2019 da Entidade Prefeitura foi superavitário em R$ 460.455,92, quando comparado a receita arrecadada com a despesa empenhada.

1. **Previsão da receita versus arrecadação**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RECEITA | PREVISÃO | ARRECADAÇÃO | DIFERENÇA |
| RECEITAS CORRENTES | **13.239.175,84** | **15.054.800,42** | **1.815.624,58** |
| Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria | 370.341,71 | 565.542,09 | 195.200,38 |
| Contribuições | 65.000,00 | 68.087,62 | 3.087,62 |
| Patrimonial | 48.828,82 | 54.826,06 | 5.997,24 |
| Serviços | 112.059,11 | 157.957,05 | 45.897,94 |
| Transferências correntes | 12.620.552,94 | 14.076.300,80 | 1.455.747,86 |
| Outras receitas correntes | 22.393,26 | 132.086,80 | 109.693,54 |
| RECEITAS DE CAPITAL | **2.679.824,16** | **1.762.984,44** | **-916.839,72** |
| Operações de crédito | 1.000.000,00 | 1.000.000,00 | 0,00 |
| Alienação de bens | 179.000,00 | 79.400,00 | -99.600,00 |
| Transferência de capital | 1.500.824,16 | 683.584,44 | -817.239,72 |
| TOTAL | **15.919.000,0** | **16.817.784,86** | **898.784,86** |

Em análise ao Balanço Orçamentário, pode-se observar que as receita de Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, patrimonial, receita de Serviços, de transferências correntes e de outras receitas correntes resultaram em excesso de arrecadação montante de R$ 1.815.624,58.

As receitas de capital resultaram em insuficiência de arrecadação, de R$ 916.839,72.

Em resumo, o resultado orçamentário de 2019, consolidado, foi superávit de R$ 898.784,86.

1. **Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias**

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ENTIDADE CONCEDENTE | ENTIDADE RECEBEDORA | VALOR |
| Prefeitura | Fundo Municipal de Saúde | 2.402.727,79 |
| Prefeitura | Câmara  | 769.992,00 |
| Câmara | Prefeitura | 27.110,03 |

**3 Utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários**

Foram utilizados R$ 1.735.717,18 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2019.

Foram utilizados R$ 1.201.207,25 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2019.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

**4. Detalhamento da execução das despesas – análise da dotação inicial versus dotação atualizada**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA |
| DESPESAS CORRENTES | **12.313.105,84** | **14.041.903,70** |
| Pessoal e encargos sociais | 6.683.240,00 | 7.000.421,85 |
| Juros e Encargos da Dívida | 40.000,00 | 3.115,37 |
| Outras despesas correntes | 5.589.865,84 | 7.038.366,48 |
| DESPESAS DE CAPITAL | **3.525.894,16** | **4.774.020,73** |
| Investimento | 3.475.894,16 | 4.774.020,73 |
| Amortização da divida | 50.000,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 80.000,00 | 40.000,00 |
|  | **15.919.000,00** | **18.855.924,43** |

Durante o exercício de 2019, o Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, criou e abriu créditos adicionais especiais e créditos adicionais suplementares, buscando realizar as alterações orçamentárias necessárias para atender a demanda dos serviços e obras públicas, ainda de acordo com o ingresso de recursos financeiros.

Todos os atos, Decretos ou Leis, atenderam as exigências da Lei Federal nº 4.320/1964, conforme artigo 42 da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo”.

A Lei Orçamentária 2019, do Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, previu autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, conforme art. 7º da Lei Federal 4.320/1964, “Art. 7° A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: I - Abrir créditos suplementares até determinada importância obedecidas as disposições do artigo 43; (...)”.

Lei Municipal 1402, de 03 de dezembro de 2018, Lei Orçamentária 2019 do Município de Santa Terezinha do Progresso:

Art. 5º. O Poder Executivo Municipal está autorizado, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 15% da Receita estimada, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos (...)

Durante o exercício de 2019, a abertura de créditos adicionais no valor total de R$ 5.764.312,86, pode assim ser apresentada:

Por tipo de Credito Adicional:

* Suplementar: R$ 4.830.281,43
* Especial: R$ 934.031,43

Pela origem do recurso do Credito Adicional:

* Superávit Financeiro: R$ 1.735.717,18
* Excesso de Arrecadação: R$ 1.201.207,25
* Adicionar/Subtrair anulação de dotação: R$ 2.827.388,43

**5. Análise da execução da despesa**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESA EMPENHADA | DESPESA LIQUIDADA | DESPESA PAGA |
| DESPESAS CORRENTES | **14.041.903,70** | **13.261.078,42** | **13.249.983,27** | **13.235.225,61** |
| Pessoal e encargos sociais | 7.000.421,85 | 6.890.914,48 | 6.890.914,48 | 6.890.914,48 |
| Juros e Encargos da Dívida | 3.115,37 | 3.115,37 | 3.115,37 | 3.115,37 |
| Outras despesas correntes | 7.038.366,48 | 6.367.048,57 | 6.355.953,42 | 6.341.195,76 |
| DESPESAS DE CAPITAL | **4.774.020,73** | **3.096.250,52** | **2.804.242,88** | **2.804.242,88** |
| Investimento | 4.774.020,73 | 3.096.250,52 | 2.804.242,88 | 2.804.242,88 |
| Amortização da divida | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | **40.000,00** | **0,00** | **0,00** | **0,00** |
|  | **18.855.924,43** | **16.357.328,94** | **16.054.226,15** | **16.039.468,49** |

As despesas relativas a Pessoal e Encargos Sociais e Juros e Encargos da Dívida foram empenhadas, liquidadas e pagas no mesmo montante em cada categoria econômica, com saldo da despesa atualizada fixada suficiente, demonstrando ainda economia orçamentária.

As despesas com Outras Despesas Correntes, durante a execução, respeitando os estágios da despesa definidos pela Lei Federal 4.320/194, ficaram com saldo a liquidar e saldo a pagar, tendo em vista o não recebimento/conferência dos serviços e produtos, e/ou a ordem cronológica de pagamento das referidas despesas.

As despesas com Investimentos também carregam saldo de despesas a liquidar e a pagar, tendo em vista os cronogramas físico/financeiro das obras em andamento.

Todas as despesas tiveram saldo orçamentário atualizado suficiente para cobertura das despesas do exercício.

A dotação orçamentária relativa a Reserva de Contingência foi executada no valor de R$ 40.000,00 durante o exercício de 2019 conforme Decreto Municipal de Situação de Emergência 232 de 30 de setembro de 2019.

**6. Avaliação do estoque de restos a pagar processados e não processados**

O exercício de 2019 iniciou com um montante de R$ 141.450,34 em restos a pagar não processados, sendo R$ 100.471,54 pagos no exercício e R$ 1.770,61 cancelados. O município inscreveu em restos a pagar não processados R$ 303.102,79.

O exercício de 2019 iniciou com um montante de R$ 9.587,33 em restos a pagar processados ou não processados liquidados, sendo R$ 9.441,45 pagos no exercício e R$ 125,00 cancelados. No exercício de 2019 houve a inscrição de R$ 14.757,66, em restos a pagar processados.

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL**

As informações de suporte as Notas Explicativas estão detalhadas em itens anteriores deste relatório.

**7.Caixa e equivalente de caixa**

Aplicações Financeiras

As disponibilidades financeiras do Município estão aplicadas em bancos oficiais. O registro contábil das aplicações financeiras ocorre em forma de receita de Remuneração de Depósitos Bancários.

Fontes de Recurso.

As contas contábeis bancárias possuem natureza devedora, e na sua composição contas correntes do tipo fonte de recurso, de acordo com a codificação definida pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, classificando como recursos do exercício, superávit do exercício anterior e ainda a vinculação específica de cada origem dos recursos, como um determinado programa do FNDE, ou determinado bloco ou componente do SUS, bem como FUNDEB, recursos ordinários entre outros. Essa classificação facilita o controle dos recursos de acordo com sua origem.

Forma de arrecadação

O Município não recebe ou arrecada recursos financeiros da Unidade Administrativa, apenas via instituições bancárias.

**8. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Créditos Tributários a Receber

O Município, no exercício de sua soberania, tem o poder de exigir tributos de seus cidadãos. É o chamado doutrinamento de poder de instituir e cobrar tributos. O Município atendendo as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, reconhece por competência os créditos tributários a receber, instituídos pelo Código Tributário Municipal, com fato gerador já ocorrido.

Os créditos tributários a receber, em 31 de dezembro de 2019, somaram R$ 4.989,38.

Créditos de Transferência a Receber

No final do exercício de 2019, o Município possuía R$ 421.248,72 referente créditos de convênios assinados junto à União.

Créditos por danos ao patrimônio público no Curto Prazo

O valor dos créditos por danos ao patrimônio no montante de R$ 12.758,13 é relativo a reconhecimento processos sobre pagamento de multas de trânsito.

Demais créditos e danos ao patrimônio provenientes de créditos no Longo Prazo

O município possui R$ 3.772,61 por danos ao patrimônio, tendo em vista o reconhecimento processos sobre pagamento de multas de trânsito.

Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

O Município mantém controle e registro das despesas pagas antecipadamente, geralmente despesas com seguros e assinaturas. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2019 é de R$ 44.124,33.

Dívida ativa – Ativo Realizável a Longo Prazo

O Município mantém a dívida ativa registrada apenas em longo prazo.

Observa-se que 58,52% dos créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa não tributária, e 27,46% a dívida ativa tributária. As perdas representam 14,02% do total de créditos.

O cálculo da perda da dívida ativa foi realizado tomando por base o comportamento da dívida ativa, pela sua inscrição e recebimento nos últimos 3 exercícios.

Investimento

O município possui R$ 3.081,84 em investimentos que se referem a ações da TELESC.

**9.Investimentos RPPS**

O município não possui investimos RPPS.

**10.Imobilizado**

O patrimônio imobilizado do Município somou 19.464.801,27, já reduzido sua depreciação. Os bens móveis representam R$ 6.435.677,49 e os imóveis R$ 13.109.325,93.

Esses valores estão atualizados, pois recentemente, com data de corte 01 de dezembro de 2019, foi realizado atualização do patrimônio imobilizado, desde conferência física até atualização dos valores dos bens, para que passassem a refletir o valor contábil conforme seu valor justo, e para isso, foi utilizado de pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição.

O valor dos bens de uso comum do povo é de R$ 1.407.427,76, e estão somados junto aos imóveis. O reconhecimento dos bens de uso comum é realizado de forma gradativa, pela sua construção, sendo exemplos ruas, pontes, sistema de esgoto e/ou abastecimento de água, e ainda, outros bens de uso comum.

A depreciação traz o saldo acumulado de R$ 80.202,15.

O município possui R$ 1.336.988,98 em obras em andamento.

O município mantém controle e é normatizado a vida útil, valor residual, percentual de depreciação dos bens. O controle é realizado pelo servidor responsável e dirigido pela comissão do patrimônio. As contas patrimoniais mantem coerência com as contas contábeis conforme plano de contas definido pelo TCE/SC.

**11.Intangível**

O município não possuía intangíveis em 31 de dezembro de 2019.

**12.Fornecedores**

Na conta “fornecedores” são registrados por meio de controle pelo mecanismo de contas correntes, todos os fornecedores e aquisições e contratações realizadas. A conta “fornecedores” é uma conta contábil do passivo e registra as obrigações do município para com esses. Algumas obrigações que não passaram por todos os estágios da despesa são transferidas/inscritas em restos a pagar e/ou fornecedores de exercícios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta fornecedores foi de R$ 2.418,37.

**13.Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo**

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo, do Município, somou R$ 1.001.543,86 no final do exercício de 2019, que refletem o valor das férias reconhecidas por competência e encargos sociais. O reconhecimento de despesas por competência, é exigência das NBCASP, e necessária para a correta demonstração do patrimônio do Município.

O município não possuía Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2019.

**14. Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo**

As demandas judiciais são controladas pelo setor jurídico da entidade. O montante de R$ 830.663,74, em processos judiciais estão reconhecidos como passivos contingentes.

**15. Demais elementos patrimoniais, quando relevantes.**

Obrigações Fiscais a curto prazo

Nesta conta contábil está registrado a obrigação do município junta a União relativa ao PASEP. O saldo em 31 de dezembro de 2019 refere-se à competência dezembro de 2019 com vencimento para janeiro de 2020.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido acumulado representa o valor de R$ 21.424.743,99 e refere-se aos resultados acumulados desde a criação do Município. O patrimônio líquido recebe valores no encerramento do exercício referente variações patrimoniais aumentativas e diminutivas e as transferências financeiras concedidas e recebidas, envolvendo operações no nível de consolidação, INTER OFSS União, INTER OFSS Estado e INTER OFSS Município.

No grupo do patrimônio líquido, a conta Ajustes de Exercício Anteriores é utilizada apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No exercício de 2019 houveram registros na conta Ajustes de Exercícios Anteriores no montante de R$ 2.762.785,88 referente a reavaliação patrimonial.

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

**16. Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado**

Não houve redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, no exercício de 2019.

**17. Baixas de investimento**

Não houve baixa de investimentos, no exercício de 2019.

**18. Constituição ou reversão de provisões.**

Não houve constituição e reversão de provisões em 2019. O controle dos processos judiciais é realizado pelo setor jurídico do Município e está registrado como passivos contingentes.

**19. Demais variações**

**Variações Aumentativas**

Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria

Representam a variação aumentativa do patrimônio pela arrecadação de impostos, taxas ou contribuição de melhoria, e pelo reconhecimento de créditos a receber destes.

Contribuições

As contribuições são relativas ao domínio econômico e a iluminação pública.

Exploração e Venda de Bens e Serviços

Refletem o esforço do Município em geral na prestação de serviços à comunidade com base em preço público estabelecido em lei municipal.

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representam as entradas relativas a juros arrecadados, bem como os rendimentos de depósitos bancários de recursos públicos aplicados em Instituições financeiras.

Transferências e delegações recebidas

Podem ser intra ou inter orçamentárias, com origem no Município, Estado ou União. São as transferências recebidas no exercício, podem ser legais ou voluntárias.

Valorização e Ganhos com ativos e desincorporação de passivos

O Município não obteve ganhos com incorporação de ativos no ano de 2019

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Refletem as demais variações patrimoniais aumentativas não citadas acima, inclusive por redução das despesas com férias e décimo reconhecidas por competência.

**Variações Diminutivas**

Pessoal e Encargos

Representam a redução do patrimônio do Município pela assunção da despesa com pessoal, que de acordo com cada área de atuação, produzirá bens ou serviços à comunidade, como a mão de obra de professores, engenheiro, motoristas, operadores de máquinas, enfermeiros, médicos, assistentes administrativos, agentes políticos entre outros.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Representam os benefícios como aposentadorias e reformas, pensões, benefícios eventuais como auxilio saúde, auxílio funeral e outros.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de capital fixo

Produtos adquiridos como, merenda escolar, material de limpeza, higiene, copa e cozinha, combustível, medicamentos entre outros produtos. Os serviços contratados pelo Município como seguros, assinaturas, transporte escolar, energia elétrica, coleta de lixo e outros. Neste grupo também está contabilizado as variações patrimoniais diminutivas com depreciação de bens móveis e imóveis.

Transferências e delegações concedidas

As transferências intragovernamentais são operações entre órgãos do mesmo Ente Federativo, como é o caso da Prefeitura com a Câmara de Vereadores, e, Fundo Municipal de Saúde. As transferências intergovernamentais em geral representa os recursos que o Município transfere ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O Município transfere recursos também a Consórcios Públicos em que o mesmo é consorciado por um interesse em comum. Poderão haver outros tipos de transferências, ambas podendo ser legais ou voluntárias.

Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos

A desvalorização e perda representam a baixa de bens do ativo patrimonial, podendo ser doações, baixa de créditos a receber por ajustes ou cancelamentos, baixa de bens por motivos diversos entre outros.

A incorporação de passivos representa o reconhecimento de um passivo, sendo independente de execução orçamentária

Tributárias

Representam a despesa com taxas e contribuições.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Refletem as demais variações patrimoniais diminutivas não citadas acima.

**NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO**

**20.Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas**

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ENTIDADE CONCEDENTE | ENTIDADE RECEBEDORA | VALOR | FINALIDADE | ATO LEGAL |
| Prefeitura | **Fundo Municipal de Saúde** | 2.402.727,79 | Manutenção de todas as atividades do Fundo Municipal de Saúde | A Lei Municipal nº 1402, de 03 de dezembro de 2018 aprovou a Lei Orçamentária 2019 |
| Prefeitura | **Câmara**  | 769.992,00 | Manutenção de todas as atividades do Poder Legislativo Municipal | A Lei Municipal nº 1402, de 03 de dezembro de 2018 aprovou a Lei Orçamentária 2019 |
| Câmara | **Prefeitura** | 27.110,03 | Devolução dos recursos não utilizados referente duodécimo do exercício | A Lei Municipal nº 1402, de 03 de dezembro de 2018 aprovou a Lei Orçamentária 2019 |

**21. Retenções tributárias**

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

**22. Restos a pagar processados e não processados**

O exercício de 2019 iniciou com um montante de R$ 141.450,34 em restos a pagar não processados, sendo R$ 100.471,54 pagos no exercício e R$ 1.770,61 cancelados. O município inscreveu em restos a pagar não processados R$ 303.102,79.

O exercício de 2019 iniciou com um montante de R$ 9.587,33 em restos a pagar processados ou não processados liquidados, sendo R$ 9.441,45 pagos no exercício e R$ 125,00 cancelados. No exercício de 2019 houve a inscrição de R$ 14.757,66, em restos a pagar processados.

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| TIPO DE FLUXO | 2019 | 2018 | VARIAÇÃO |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais | 1.758.449,55 | 1.171.742,35 | 586.707,20 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento | -2.773.942,64 | -1.251.575,49 | -1.522.367,15 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento | 1.683.584,44 | 312.010,00 | 1.371.574,44 |

**23.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais**

O Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais compreende os ingressos e os desembolsos relacionados com a ação pública, sendo que no exercício de 2019 apresentou o montante positivo de R$ 1.758.449,55, tendo variação positiva montante de R$ 586.707,20 de 2018 para 2019, o que demonstra aumento do resultado líquido financeiro (ingressos – desembolsos), melhorando a capacidade de pagamento do Município. Os ingressos operacionais somaram R$ 19.276.419,19, enquanto os desembolsos foram de R$ 17.517.969,64.

**24.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento**

O Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos. O resultado (ingressos – desembolsos) de 2019 foi negativo em R$ 2.773.942,64. A variação negativa foi de R$ 1.522.367,15 de 2018 para 2019, o que representa redução no capital circulante líquido do Município, pois houveram mais desembolsos que ingressos. Referem-se em geral, ao ingresso de R$ 79.400,00 de receita de alienação de bens e desembolso de R$ 2.853.342,64, na aquisição de ativos não circulantes e outros.

**25.Análise Horizontal do Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

O Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento Inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos, apresentando o resultado da atividade, no exercício de 2019 o montante de R$ 1.683.584,44 e R$ 312.010,00 em 2018.

Em 2018 não houveram desembolsos e o ingresso no montante de R$ 312.010,00 referente transferência de capital recebida.

Em 2019, o ingresso da receita de operação de crédito foi de R$ 1.000.000,00 e das transferências de capital, R$ 683.584,44. Não houveram desembolsos.

Retenções

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago no momento da retenção, ou seja, orçamentariamente na fase da liquidação da despesa, pois considera-se que nesse momento a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro, conforme orientações do TCE/SC.

**NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período.

A DMPL é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

**26. Capital/Patrimônio Social**

O patrimônio social e capital social representam R$ 10.502.293,62 em 31 de dezembro de 2018.

**27. Resultados Acumulados**

O resultado do exercício pode ser assim demonstrado:

|  |  |
| --- | --- |
| Variações Patrimoniais Diminutivas | -22.852.835,12 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas | 25.134.422,55 |
| Total | 2.281.587,43 |

|  |  |
| --- | --- |
| Patrimônio Líquido Inicial  | 16.380.370,68 |
| Resultado do Exercício | 2.281.587,43 |
| Ajustes exercícios anteriores | 2.762.785,88 |
| Patrimônio Líquido Final | 21.424.743,99 |

O Município em 2019, demonstrou alteração do Patrimônio Líquido positiva (credora), passando de R$ 16.380.370,68 em 2018, para R$ 21.424.743,99 em 2019.

Essa alteração refere-se a resultado do exercício de 2019 no valor de R$ 2.281.587,43 e referente ajuste de exercícios anteriores no montante de R$ 2.762.785,88.

**28. Ajustes dos exercícios anteriores**

Foram realizados em 2019, ajustes patrimoniais de R$ 2.762.785,88, decorrentes de ajustes necessários, com base na atualização física e contábil do patrimônio realizado no exercício.

**29 Ajustes de avaliação patrimonial**

Não houveram Ajustes de Avaliação Patrimonial.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1.964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SC, 27 de fevereiro de 2020.

**IVA ADRIANA SCHLÖSSER SEGUETO DERLI FURTADO**

 **CRC/SC 026497/O-2 PREFEITO**